



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0203987-8

IMPETRANTE : VINICIUS NUNES NOVAES
PACIENTE : INALDO DE MELO LIMA
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
COMARCA : SERRA TALHADA
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : MARIA HELENA DA FONTE

203

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO (ART. 121, §2º, II e IV E ART.121, §2º, II E IV C/C O ART.14, II E ART.29, TODOS DO CP.). PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO SUPERADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº52 DO STJ. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO RÉU. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I- Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo. Súmula nº52 do STJ.

II-O magistrado a quo justificou a prisão cautelar como necessária à garantia da ordem pública, uma vez que o crime praticado pelo acusado envolve rixa entre famílias, tornando-se mister estancar o clima de insegurança gerado na comunidade local.

III - Ordem denegada à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0203987-8**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 26 de janeiro de 2010.
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator

M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



204

HABEAS CORPUS Nº 0203987-8

IMPETRANTE : VINICIUS NUNES NOVAES
PACIENTE : INALDO DE MELO LIMA
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
COMARCA : SERRA TALHADA
ORGÃO JULGADOR : 4º CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : MARIA HELENA DA FONTE

RELATÓRIO

Vinicius Nunes Novaes, advogado, impetrou o presente *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido liminar, em favor de **INALDO DE MELO LIMA**, qualificado às fls. 02 dos autos, apontando como autoridade coatora a Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Serra Talhada, relativamente ao processo nº238.2007.000775-0.

O impetrante alega, em síntese, o seguinte: o paciente foi preso em flagrante no dia 29/08/2007 por suposta tentativa de homicídio (processo nº238.2007.001350-4), tendo sua prisão preventiva sido decretada nos autos do processo nº238.2007.000775-0; a audiência de instrução e julgamento deste último processo só foi realizada em 14/05/2009, estando o paciente preso há mais de 2(dois) anos e 3(três) meses; em junho de 2009, a defesa formulou pedido de revogação da medida preventiva, não obtendo qualquer resposta; está configurado, assim, o constrangimento ilegal por excesso de prazo

Por fim, requer a concessão da ordem, liminarmente e a sua posterior confirmação.

A inicial veio acompanhada do documento de fls.06/07 .



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



205

Por meio da decisão de fl. 15/16, foi indeferido o pleito liminar.

A Juíza da Vara Criminal da Comarca de Serra Talhada, apontada como autoridade coatora, prestou informações sobre os fatos alegados no presente writ às fls. 23/26, acostando os documentos de fls. 27/30.

A Procuradoria Criminal, pela Procuradora de Justiça, Maria Helena da Fonte, ofertou parecer às fls. 34, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 26 de Janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



206

HABEAS CORPUS Nº 0203987-8

IMPETRANTE : VINICIUS NUNES NOVAES
PACIENTE : INALDO DE MELO LIMA
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
CONVOCADO
COMARCA : SERRA TALHADA
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : MARIA HELENA DA FONTE

VOTO

O presente *Habeas Corpus* foi impetrado por Vinícius Nunes Novaes, em favor de **INALDO DE MELO LIMA**, relativamente ao processo nº 238.2007.000775-0, a que responde na Vara Criminal da Comarca de Serra Talhada, pela prática dos delitos previstos no art.121, §2º, II e IV e art.121, §2º, II e IV c/c o art.14, II e art.29, todos do Código Penal¹.

¹ CP

Art 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

II - por motivo fútil;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

Art. 14 - Diz-se o crime:

Tentativa

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

Regras comuns às penas privativas de liberdade

Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



207

O impetrante argumenta, em resumo, que está configurado o excesso de prazo na prisão do paciente, uma vez que se encontra segregado desde 29/08/2007, sem o término da instrução processual.

Pois bem.

A autoridade apontada como coatora informou que o paciente responde naquela Comarca, a 04(quatro) processos criminais, quais sejam: a) Processo nº238.2007.000775-0, objeto deste *Habeas Corpus*, a que responde pelos delitos supra mencionados, juntamente com Ivorinaldo Manoel de Melo; b) Processo nº238.2007.001350-4, incurso nas penas do art.121, §2º, II, c/c art.14,II e art.29, todos do CP; c) Processo nº238.1999.000392-6, pelo crime do art.121, §2º, I, do CP; d) Processo nº238.2007.001349-0, incurso nas penas do art.121, §2º, II e IV, c/c art.29, todos do CP.

Esclareceu, ainda, em relação ao Processo nº238.2007.000775-0, o seguinte: foram vítimas Cristóteles Wagner Vasconcelos Pereira e Cristófares Vasconcelos Pereira, fato ocorrido em 20/01/2007, por volta das 03h, no Município de Serra Talhada, causando a morte do primeiro e lesões graves no segundo, que só não veio a óbito por circunstâncias alheias a vontade do agente; o paciente teve sua prisão preventiva decretada em 26/03/2007, permanecendo em local incerto e não sabido até o dia 27/08/2007, quando foi preso em flagrante após tentativa de homicídio contra Jurandir Simões Jerry, também naquela Comarca; os autos encontram-se conclusos para sentença desde 15/10/2009.

Examino.

Ab *initio*, observo que os prazos processuais não são peremptórios. A sua verificação deve ser feita observando-se as peculiaridades de cada caso, sob a ótica do princípio da razoabilidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



208

In casu, o atraso no andamento do feito não pode ser atribuído à desídia da juíza de 1º grau, mas ao fato de ter o paciente permanecido cerca de 5(cinco) meses foragido, o que acarretou a suspensão do processo e à posterior necessidade de expedição de carta precatória com finalidade de interrogar o acusado.

Demais disso, a instrução criminal já chegou ao fim, encontrando-se os autos conclusos para sentença.

Assim, a alegação de excesso de prazo fica superada. É o que prescreve a Súmula nº52 do STJ, *in verbis*: "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Trago a lume os seguintes julgados do E. Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. DECRETO CALCADO EM ELEMENTOS CONCRETOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SUFICIENTE MOTIVAÇÃO.

1. [...]

AÇÃO PENAL. EXCESSO DE PRAZO. COMPLEXIDADE. PLURALIDADE DE RÉUS. APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA N. 52/STJ. COAÇÃO NÃO VERIFICADA.

1. Em atenção ao enunciado da Súmula n. 52, deste Superior Tribunal de Justiça, resta superada a alegação de constrangimento ilegal advindo de excesso de prazo na formação da culpa quanto já apresentadas as alegações finais pelo órgão acusatório e por alguns dos vários denunciados, mostrando-se iminente a prolação de sentença.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



209

2. Ordem denegada.

(STJ, HC 100.664/BA, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 28/10/2008, grifos nossos)

Com o processo encaminhando-se para seu final, com a instrução criminal já encerrada e afastado o excesso de prazo, não é recomendável, por ora, a concessão da liberdade provisória ao paciente, cujos antecedentes demonstram tratar-se de indivíduo de alta periculosidade.

Impende realçar, ainda, que a manutenção da prisão do paciente é necessária à manutenção da ordem pública na Comarca de Serra Talhada, que, conforme se depreende do decreto prisional, vem sendo palco de vendeta entre famílias cujo saldo já chega a 4(quatro) mortos, 04(quatro) feridos e diversas apreensões de armas de fogo.

Nesse sentido:

HC SUBSTITUTIVO - HOMICÍDIO QUALIFICADO E BANDO - RIVALIDADE ENTRE DUAS FAMÍLIAS - PRISÃO PREVENTIVA FUNDAMENTADA - EXCESSO DE PRAZO JUSTIFICÁVEL.

1. Mostra-se devidamente fundamentada a prisão preventiva, em especial para a garantia da ordem pública, se os acusados matam pessoa indefesa, utilizando-se de armamento de grosso calibre, para dar continuidade a violenta briga entre famílias.

2. Justifica-se pequeno atraso na instrução, levando-se em conta a peculiaridade do caso em tela, onde são vários os agentes e onde, presumidamente, houve dificuldade para colher os depoimentos testemunhais. Além do mais,

M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



210

tratando-se de delito cometido em bando, elastece-se o prazo para a custódia cautelar (art. 8º, da Lei 9.034/95).

3. Ordem denegada.

(STJ, HC 7.598/PE, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, SEXTA TURMA, julgado em 15/10/1998, DJ 23/11/1998 p. 211)

Isso posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 26 de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator